

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.000
Preferenciais	0
Total	11.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	383.652	316.144
1.01	Ativo Circulante	130.083	209.978
1.01.01	Disponibilidades	6.201	3.810
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	159.214
1.01.06	Operações de Crédito	115.846	34.432
1.01.06.01	Crédito pessoal	115.846	34.432
1.01.08	Outros Créditos	7.986	12.417
1.01.08.01	Ativos Fiscais - Correntes	470	1.752
1.01.08.02	Ativos Fiscais - Diferidos	4.314	5.400
1.01.08.03	Outros Ativos	3.202	5.265
1.01.09	Outros Valores e Bens	50	105
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	231	231
1.01.09.02	(Provisão p/ Desvalorização) de Outros Valores e Bens	-231	-231
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	50	105
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.511	92.408
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	1.652
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	5.261	5.122
1.02.05	Operações de Crédito	204.296	57.032
1.02.05.01	Crédito pessoal	204.296	57.032
1.02.07	Outros Créditos	30.671	28.316
1.02.07.01	Ativos Fiscais - Correntes	277	272
1.02.07.02	Ativos Fiscais - Diferidos	13.707	13.272
1.02.07.03	Outros Ativos	16.687	14.772
1.02.08	Outros Valores e Bens	283	286
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	283	286
1.03	Ativo Permanente	13.058	13.758
1.03.04	Intangível	13.058	13.758
1.03.04.01	Ativos intangíveis	13.991	13.991
1.03.04.02	(Amortizações acumuladas)	-933	-233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	383.652	316.144
2.01	Passivo Circulante	75.200	18.623
2.01.01	Depósitos	66.648	0
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	66.648	0
2.01.09	Outras Obrigações	8.552	18.623
2.01.09.01	Obrigações Fiscais - Correntes	3.754	7.581
2.01.09.02	Obrigações Fiscais - Diferidas	16	46
2.01.09.05	Sociais e estatutárias	43	2.637
2.01.09.06	Diversas	4.739	8.359
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	39.758	34.069
2.02.01	Depósitos	4.401	0
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	4.401	0
2.02.09	Outras Obrigações	35.357	34.069
2.02.09.01	Provisões	35.357	34.069
2.05	Patrimônio Líquido	268.694	263.452
2.05.01	Capital Social Realizado	356.735	356.735
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11	11
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	11	11
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-88.052	-93.294

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	12.725	7.958
3.01.01	Rendas de operações de crédito	11.003	0
3.01.02	Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.592	7.958
3.01.03	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	130	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-255	0
3.02.01	Operações de captação no mercado	-255	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	12.470	7.958
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-3.884	-1.919
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	722	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-359	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.301	-703
3.04.04	Despesas Tributárias	-673	-370
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	272	774
3.04.05.01	Reversão de Provisões	0	461
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	272	313
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-2.545	-1.620
3.04.06.01	Despesas de Provisões	-639	-425
3.04.06.02	Outras Despesas Operacionais	-1.206	-1.195
3.04.06.03	Amortização do intangível	-700	0
3.05	Resultado Operacional	8.586	6.039
3.06	Resultado Não Operacional	0	2
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	8.586	6.041
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-2.694	-1.837
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-1.650	-1.123
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.044	-714
3.09	IR Diferido	-650	-509
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	5.242	3.695
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	476,55	335,91

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	5.242	3.695
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11	0
4.02.01	Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros res. abrang.	20	0
4.02.02	Efeito tributário	-9	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.253	3.695

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.391	3
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.904	5.360
6.01.01.01	(Prejuízo)/Lucro Líquido	5.242	3.695
6.01.01.02	Constituição de provisões e passivos contingentes	639	-36
6.01.01.03	Atualizações monetárias das provisões cíveis e tributárias	673	1.194
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social - diferido	650	509
6.01.01.05	Reversão para desvalorização de outros valores e bens	0	-4
6.01.01.06	Prejuízo na venda de outros valores e bens	0	2
6.01.01.07	Amortização de intangível	700	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.513	-5.357
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	160.727	-1.476
6.01.02.02	Redução em ativos fiscais	1.278	1.295
6.01.02.03	Redução em outros ativos	148	-241
6.01.02.04	Redução em outros valores e bens	58	-41
6.01.02.05	(Redução) em provisões	-24	-352
6.01.02.06	(Redução) em obrigações fiscais	1.454	603
6.01.02.07	Aumento/(Redução) em outras obrigações	-6.214	-165
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.311	-4.980
6.01.02.09	(Aumento) em operações de crédito	-228.678	0
6.01.02.10	Aumento em depósitos interfinanceiros	71.049	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.391	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.810	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.201	12

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	356.735	0	0	0	-93.294	0	263.441
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	356.735	0	0	0	-93.294	0	263.441
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.242	0	5.242
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	11	11
5.12.01	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	11	11
5.13	Saldo Final	356.735	0	0	0	-88.052	11	268.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	356.735	0	0	0	-113.392	0	243.343
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	356.735	0	0	0	-113.392	0	243.343
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.695	0	3.695
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	356.735	0	0	0	-109.697	0	247.038

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	11.874	7.114
7.01.01	Intermediação Financeira	12.725	7.958
7.01.02	Prestação de Serviços	722	0
7.01.04	Outras	-1.573	-844
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-255	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.301	-703
7.03.02	Serviços de Terceiros	-192	-648
7.03.04	Outros	-1.109	-55
7.03.04.01	Seguro fiança	-56	-32
7.03.04.04	Propaganda, promoção e publicidade	-7	-6
7.03.04.05	Serviços do sistema financeiro	-654	-17
7.03.04.08	Processamento de dados	-392	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	10.318	6.411
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.318	6.411
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-700	0
7.07.02	Outros	-700	0
7.07.02.01	Depreciações e Amortizações	-700	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.618	6.411
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	9.618	6.411
7.09.01	Pessoal	359	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	186	0
7.09.01.02	Benefícios	62	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	22	0
7.09.01.04	Outros	89	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.017	2.716
7.09.02.01	Federais	3.958	2.716
7.09.02.02	Estaduais	22	0
7.09.02.03	Municipais	37	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.242	3.695
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.242	3.695

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Pan Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“PAN Financeira”), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A PAN Financeira é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. (“Banco”), que detém 100% de seu capital total.

RESULTADOS

Intermediação Financeira

Em 31 de março de 2024, o resultado bruto com intermediação financeira foi de R\$ 12,5 milhões, frente aos R\$ 8,0 milhões em 31 de março de 2023.

Resultado Líquido

Em 31 de março de 2024, o lucro acumulado totalizou R\$ 5,2 milhões, frente ao lucro acumulado de R\$ 3,7 milhões em 31 de março de 2023.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da PAN Financeira totalizou R\$ 268,7 milhões em março de 2024, frente aos R\$ 263,5 milhões em dezembro de 2023.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais da PAN Financeira passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 162/22, a PAN Financeira não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 09 de maio de 2024.

Notas Explicativas

1) Contexto operacional

A PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“PAN Financeira” ou “Companhia”), tem como objetivo, a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos. É uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. (“Banco PAN”), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais.

2) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/05/2024.

a) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros:

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e que entrará em vigor em 01/01/2025, o Banco PAN desenvolveu um plano de implementação da respectiva norma que versou sobre o estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto, diagnóstico dos instrumentos financeiros impactados, escolha da metodologia de trabalho, definição da jornada a ser percorrida, montagem do cronograma, apresentação e aprovação da Diretoria e por fim submetido para aprovação ao Conselho de Administração.

Haja vista as mudanças de conceitos, critérios e métodos, implicando em ajustes estruturais nos processos, sistemas e entorno tecnológico, que engloba regras e procedimentos específicos para o atendimento dos requerimentos da norma, o plano de implementação poderá sofrer alterações decorrentes da divulgação de novos normativos, prazos dos fornecedores e das discussões decorrentes de entendimentos.

A PAN Financeira e seu controlador está em atuação permanente e próxima com os seus prestadores de serviços de Tecnologia para contribuir e monitorar o andamento do desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao atendimento dos novos requerimentos. Esta Resolução entra em vigor em 01/01/2025.

3) Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das Informações Trimestrais estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação:

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional da PAN Financeira.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, regra que tem como pilar a inclusão das receitas e despesas na apuração dos resultados nos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, observando-se o critério “*pro rata die*” para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou com títulos descontados, as quais são

Notas Explicativas

calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela PAN Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são:

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

II. Operações de crédito:

As operações de crédito, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculado "*pro rata die*" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para operações de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, bem como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da PAN Financeira.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco (Resolução CMN nº 2.682/99).

A provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

Notas Explicativas

A provisão para operações de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo CMN e pelo BACEN para as operações de crédito próprias.

e) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda e despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de ativos não financeiros mantidos para venda. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

f) Intangível:

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, softwares, marcas, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 24.

Notas Explicativas

i) Depósitos e demais instrumentos financeiros:

- (i) Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas Informações Trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Provisões – são reconhecidas nas Informações Trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes - não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

k) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das Informações Trimestrais.

l) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das Informações Trimestrais exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em ativos não financeiros mantidos para venda; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, a PAN Financeira classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da PAN Financeira.

Notas Explicativas

n) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das Informações Trimestrais e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das Informações Trimestrais; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das Informações Trimestrais.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	6.201	3.810
Total	6.201	3.810

5) Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição e prazos:

	Circulante				Não Circulante	31/03/2024	31/12/2023
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/03/2024	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2023	169	316	155.170	3.559	1.652	-	160.866

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31/03/2024	31/03/2023
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.592	7.958
Total	1.592	7.958

6) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por categoria e prazos:

	31/03/2024				31/12/2023	
	Não Circulante				Valor contábil (1)	Ajuste de marcação a mercado
	De 3 a 5 anos	Valor contábil (1)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.261	5.261	5.241	(20)	5.122	(17)
Total	5.261	5.261	5.241	(20)	5.122	(17)

(1) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado.

Notas Explicativas

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	130	-
Total	130	-

7) Operações de crédito

a) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	AA	B	Total em 31/03/2024	Total em 31/12/2023
Crédito Pessoal: Empréstimo FGTS				
Parcelas Vencidas	320.127	11	320.138	91.464
01 a 30	8.834	-	8.834	2.047
31 a 60	11.796	-	11.796	2.998
61 a 90	11.055	-	11.055	3.506
91 a 180	32.232	-	32.232	9.774
181 a 365	51.925	-	51.925	16.128
Acima de 365	204.285	11	204.296	57.011
Parcelas Vencidas	-	4	4	-
15 a 30	-	2	2	-
31 a 60	-	2	2	-
Total	320.127	15	320.142	91.464

b) Rendas de operações de crédito:

	31/03/2024	31/03/2023
Empréstimo FGTS	11.003	-
Total	11.003	-

8) Outros ativos

	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais e fiscais	16.687	14.772
Adiantamento para custas judiciais	505	558
Valores a receber de sociedades ligadas	2.615	4.574
Adiantamentos e antecipações salariais	82	133
Total	19.889	20.037
Circulante	3.202	5.265
Não circulante	16.687	14.772

Notas Explicativas

9) Despesas antecipadas

	31/03/2024	31/12/2023
Seguro fiança	318	336
Outras	15	55
Total	333	391
Circulante	50	105
Não circulante	283	286

10) Intangível

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/03/2024	31/12/2023
Softwares	20% a 60%	13.991	(933)	13.058	-
Total em 31/03/2024		13.991	(933)	13.058	-
Total em 31/12/2023		13.991	(233)	-	13.758

b) Amortização do intangível:

	31/03/2024	31/03/2023
Despesa com amortização do intangível	700	-
Total	700	-

11) Depósitos

a) Composição e prazos:

	Circulante		Não Circulante	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	66.648	4.401	71.049	-
Total em 31/03/2024	66.648	4.401	71.049	-
Total em 31/12/2023	-	-	-	-

b) Despesas de intermediação financeira:

	31/03/2024	31/03/2023
Depósitos interfinanceiros	255	-
Total	255	-

Notas Explicativas

12) Provisões, passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Provisões:

A PAN Financeira é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 36 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza cível abordando questões indenizatórias, revisionais ou relacionadas a tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas e pagas nos últimos 12 meses por cluster, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Distrito Federal e pelos municípios, em face da Pan Financeira, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados, sob a supervisão do Jurídico Tributário do Grupo PAN.

Notas Explicativas

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/03/2024	31/12/2023
Processos tributários	34.735	33.624
Processos cíveis	501	328
Processos trabalhistas	121	117
Total	35.357	34.069

II. Movimentação das provisões:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	33.624	328	117	34.069
Constituição líquida de reversão	447	188	4	639
Atualização monetária	673	-	-	673
Baixas por pagamento	(9)	(15)	-	(24)
Saldo em 31/03/2024	34.735	501	121	35.357

13) Obrigações fiscais

a) Correntes:

	31/03/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.733	6.600
Impostos e contribuições sobre salários	758	802
COFINS a recolher	208	129
PIS a recolher	34	21
ISS a recolher	11	7
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	10	22
Total	3.754	7.581
Circulante	3.754	7.581

14) Outros passivos

a) Diversos:

	31/03/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal	2.594	4.909
Arrecadação de cobrança	760	569
Negociação e intermediação de valores	507	628
Valores a pagar a sociedades ligadas	317	4.482
Outras despesas administrativas	82	135
Levantamento depósitos judiciais a processar	77	113
Outros	445	160
Total	4.782	10.996
Circulante	4.782	10.996

Notas Explicativas

15) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social é de R\$ 356.735, representado por 11.000 ações ordinárias e nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,50, em 31/03/2024 e em 31/12/2023.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, a PAN Financeira deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da PAN Financeira. Ademais, a PAN Financeira poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

16) Despesa de pessoal

	31/03/2024	31/03/2023
Proventos	186	-
Encargos sociais	65	-
Benefícios	62	-
Outros	46	-
Total	359	-

17) Outras despesas administrativas

	31/03/2024	31/03/2023
Serviços do sistema financeiro	654	17
Processamento de dados	392	-
Serviços de terceiros	192	648
Seguro fiança	56	32
Propaganda, promoções e publicidade	7	6
Total	1.301	703

18) Despesas tributárias

	31/03/2024	31/03/2023
Contribuição à COFINS	528	318
Contribuição ao PIS	86	52
Imposto sobre serviços	36	-
Impostos e taxas	23	-
Total	673	370

Notas Explicativas

19) (Provisões)/Reversões de provisões

	31/03/2024	31/03/2023
Provisão de processos tributários	(447)	(416)
(Provisão)/reversão de processos trabalhistas	(4)	461
Provisão de processos cíveis	(188)	(9)
Total	(639)	36

20) Outras (despesas)/receitas operacionais

	31/03/2024	31/03/2023
Varição monetária	(422)	(892)
Recuperação de encargos e despesas	22	10
Gravames	(3)	-
Outras	(531)	-
Total	(934)	(882)

21) Resultado não operacional

	31/03/2024	31/03/2023
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	-	4
Resultado na alienação de outros valores e bens	-	(2)
Total	-	2

22) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades		6.054	3.594	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	6.054	3.594	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	160.866	1.592	7.958
Banco PAN S.A. (a)	-	-	160.866	1.592	7.958
Depósitos interfinanceiros		71.049	-	(255)	-
Banco PAN S.A. (b)	28/03/2025	71.049	-	(255)	-
Outros ativos		2.615	4.574	229	-
Banco PAN S.A.	30/04/2024	2.526	4.506	-	-
Too Seguros (c)	30/04/2024	89	68	229	-

Notas Explicativas

Outros passivos		(317)	(4.482)	-	-
Banco PAN S.A.	30/04/2024	(258)	(4.420)	-	-
Too Seguros (d)	30/04/2024	(40)	(41)	-	-
Banco BTG S.A. (e)	30/04/2024	(19)	(21)	-	-

- (a) Referem-se a aplicações com taxas equivalentes às do CDI;
 (b) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
 (c) Referem-se a comissão paga para a Pan Financeira referente a intermediação de Seguros Empréstimo Pessoal – FGTS;
 (d) Referem-se a repasse de valores de Seguros Empréstimo Pessoal – FGTS;
 (e) Refere-se a repasse de Empréstimo Consignado – Ali Crédito.

23) Instrumentos financeiros

- **Gestão de riscos**

A PAN Financeira é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é das áreas de Riscos Financeiros e Capital, Risco de Crédito, Risco Operacional e Controles Internos, Compliance, PLD e Gestão de Continuidade de Negócios. Essas estruturas atuam como segunda linha de defesa, mantendo independência em relação às áreas de negócios, de operações e de suporte corporativo (primeira linha de defesa), sem prejuízo das atribuições da Diretoria.

- **Gestão do capital**

A PAN Financeira considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da PAN Financeira e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

Limite operacional – Acordo da Basileia

Conforme informado na nota explicativa 31 - Instrumentos Financeiros, das Informações Trimestrais do Banco PAN S.A, a partir da data base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital. A partir de então, o Banco PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma “gerencial” (Pró-Forma), ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 31/03/2024, o índice de Basileia “pró-forma” do PAN é de 14,62%. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa /Gerenciamento de Risco.

Notas Explicativas

- **Risco de crédito**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela PAN Financeira.

- **Risco de mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas e descasamentos de prazos entre os ativos e passivos da Instituição. As operações da PAN Financeira estão expostas unicamente às variações das taxas de juros, cujos riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

- **Risco de liquidez**

Refere-se à possibilidade de a PAN Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da PAN Financeira não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

- **Risco operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela PAN Financeira, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela PAN Financeira.

24) Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.586	6.041
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(3.434)	(2.416)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores (2)	90	70
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(3.344)	(2.346)

1. As alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para PAN Financeira à alíquota de 15%; e

2. Inclui: (i) parcela isenta de tributo adicional sobre imposto de renda; e (ii) baixa de créditos tributários e passivo fiscal diferido decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado aos efeitos de superveniência/(insuficiência) de depreciação e (iii) IRPJ e CSLL sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos (Tema 962 do STF).

Notas Explicativas

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2024
Provisão para contingências cíveis	24	75	(6)	93
Provisão para contingências trabalhistas	44	1	-	45
Provisão para contingências tributárias	11.733	775	(331)	12.177
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	92	-	-	92
Outras provisões	15	31	(3)	43
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.908	882	(340)	12.450
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.763	-	(1.192)	5.571
Total dos créditos tributários	18.671	882	(1.532)	18.021
Obrigações fiscais diferidas	(46)	(9)	39	(16)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	18.625	873	(1.493)	18.005

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2023, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30/01/2024.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
2024	1.422	1.534	967	2.159	2.389	3.693
2025	1.450	1.361	2.332	2.332	3.782	3.693
De 2026 a 2030	9.578	9.013	2.272	2.272	11.850	11.285
Total	12.450	11.908	5.571	6.763	18.021	18.671

Em 31/03/2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 12.376 (R\$ 13.025 em 31/12/2023).

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/03/2024, a PAN Financeira possuía prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 352.473 (R\$ 352.473 em 31/12/2023), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 140.989 (R\$ 140.989 em 31/12/2023).

25) Outras Informações

No período findo em 31/03/2024, a PAN Financeira não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

26) Resultado corrente e não recorrente

Não ocorreram eventos não recorrentes na data-base de 31/03/2024.

Notas Explicativas

São Paulo, 09 de maio de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Alex Sander Moreira Gonçalves

Diogo Ciuffo da Silva

DIRETORIA

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Leonardo Ricci Scutti

CONTADOR

Rodney Fabiano Fernandes

CRC 1SP270936/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 24(b), existem em 31 de março de 2024 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 18.021 mil na PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração da Instituição com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2024, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da PAN Financeira S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Informações Trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da PAN Financeira S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Informações Trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2024.